

VALORIZAÇÃO DO ENTORNO DA QUINTA DA BOA VISTA NO RIO DE JANEIRO

Oswaldo Luiz de Souza Silva

Arquiteto e Urbanista, Professor M.Sc. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ
osvaldoufrj@aol.com

Alice Brasileiro

Arquiteta e Urbanista, Professora M.Sc. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ
alicebrasileiro@acd.ufrj.br

I) Introdução

Apesar de sua relevante presença na história, o Palácio de São Cristóvão e o Parque da Quinta da Boa Vista, símbolos principalmente do período imperial brasileiro, não se constituem em atrativos históricos *per si* para a população. Atualmente, neles estão abrigados respectivamente o Museu Nacional e Jardim Zoológico, estes sim, motivos de atração para a visitação pública, mas decalcados da importância histórica do sítio em que se encontram.

O desprezo pelos ambientes históricos se expande para o entorno do parque. Externamente, é lastimável a constatação de que a “pompa e a circunstância” de uma determinada época estejam à beira da falência histórica, uma falência que fomenta e produz a falta de ressentimento por parte da população que, sem a devida memória, não percebe a importância do lugar e seu potencial urbanístico (turismo/lazer) para vida da cidade.

As características do entorno são singulares: há escolas municipais, sedes de órgãos públicos, sede de empresa petrolífera, fragmentos de lotes, restos de quadras, paredes cegas de residências, praças abandonadas, tráfego intenso ao longo dia, vários quartéis, estações do Metrô e dos trens urbanos e, nas cercanias, uma série de favelas, além da profusão de mendigos e prostituição. Nunca houve planos urbanísticos perenes para o local, o uso do solo e o gabarito das edificações são heterogêneos, sendo que a destinação residencial para um parque seria desejável e o gabarito poderia se adequar ao conjunto arquitetônico do Palácio. Exemplos não faltam pelo mundo, onde residências têm suas janelas por sobre os jardins dos parques públicos. Na Quinta, não. Ao longo do tempo, há a impressão de que os governos republicanos, das três esferas, desenvolveram uma certa vontade de esquecer os antigos moradores do século XIX e acabaram por produzir, concretamente, um bairro desfigurado.

Em algumas cidades brasileiras e em várias do exterior, pode ser constatado que os sítios históricos e turísticos são constantemente privilegiados como fonte de renda e de cultura. Tal qual a luz do sol que pode produzir energia gratuitamente, os prédios históricos produzem cultura através de sua simples presença.

A região do Museu Nacional e da Quinta da Boa Vista não se restringe às fraldas do parque outrora projetado por Glaziou. Há na localidade, a via férrea (trem e metrô) que liga o centro da cidade aos subúrbios, o **Estádio do Maracanã**, a **Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ**, o prédio abandonado do antigo **Museu do Índio** e a **Escola Técnica Federal**, além da Casa de Marquês de Linhares, hoje ocupada por militares. Todo o conjunto faz da área um pólo gerador de turismo e contemplação. Mais próximo, o **Museu do Primeiro Reinado (1822 a 1831)**– a antiga Casa da Marquesa de Santos, que está em vias de ser restaurada através de convênio entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e uma fundação cultural portuguesa.

A área possui várias árvores frondosas que fazem a beleza do local, mas, à noite, suas sombras e a iluminação precária encobrem toda essa beleza e geram a sensação de insegurança.

II) Um pouco da história do bairro de São Cristóvão, da Quinta da Boa Vista e do Palácio

Antes da chegada da família Real, que ocorreu no início do século XIX, os índios Tamoios e os jesuítas já haviam ocupado a localidade. No entanto, foi com a transferência da corte do antigo Paço, no Centro, para São Cristóvão, onde D. João VI fixou residência, que o bairro recebeu um número maior de moradores, em busca da proximidade com a família Real.

A “Quinta da Boa Vista”, propriamente dita, havia sido uma fração da original Fazenda de São Cristóvão, confiscada aos Jesuítas com a sua expulsão em 1759, e desmembrada em lotes menores para venda, cabendo esta fração ao Sr. Elias Antônio Lopes, um comerciante português. Temendo talvez que sua propriedade fosse confiscada sem ressarcimento, Elias Lopes colocou sua Quinta à disposição de D. João, que mandou indenizá-lo em 29:929\$000 em moeda corrente (alta para os valores da época), segundo

Tavaresⁱ. Conta-se que foi uma doação política, se é que se pode dizer doação, pois sua casa era a maior do Rio de Janeiro e não havia opção melhor para abrigar a Família Real.

Após tomar posse da propriedade, D. João passou a residir na Quinta da Boa Vista, e tinha a residência de São Cristóvão como uma de suas preferidas, promovendo nela várias reformas para adaptá-la à sua nova condição de palácio. Posteriormente, Pedro I e D. Pedro II também empreenderam outras reformas. Esse antigo Paço de uma São Cristóvão abrigou, portanto, a Família Real portuguesa (1808-1822) e posteriormente a Família Imperial brasileira, até 1889.

Após a Proclamação da República e o banimento da família imperial do Brasil, o antigo Palácio serviu, por pouco tempo, para abrigar a primeira Assembléia Constituinte Republicana. Na verdade, em 15 de novembro de 1890, o que foi inaugurado foi o Congresso. Essa inauguração, segundo Silvaⁱⁱ, não entusiasmou, nem tampouco despertou qualquer interesse da população que não participou do pleito (o voto não era obrigatório). O autor ressalta que não havia preocupação com o que iria acontecer no “velho casarão do Paço de São Cristóvão”, local distante, de difícil acesso e longe do Itamaraty, no Centro (Palácio do Governo Republicano). Após a inauguração do Congresso, última ação de governo ali sediada, o Palácio foi sendo gradativamente desocupado. No ano de 1892, houve então a oportunidade ter nele um prédio mais espaçoso para abrigar o Museu Nacional: Mais tarde, o parque passou também a abrigar o Jardim Zoológico municipal.

III – O entorno do Parque

As ruas do entorno, dizem os moradores mais antigos, foram abertas no século XX e hoje pode ser visto que as marcas não escondem a falta de critério, pois se de um lado houve cortes nas quadras vizinhas sem qualquer lógica formal, por outro lado, deixaram de circundar todo o conjunto com ruas que o isolariam dos quarteirões adjacentes aos fundos do Palácio.

É provável, como já registrado anteriormente, que a aversão ao “período do império” tenha atravessado os anos e, tal qual a sentença republicana à monarquia, o local tenha sido



desprezado. Porém, a despeito dessa particularidade, no interior do Parque, há um verdadeiro oásis, mas nas suas cercanias, muros cegos e o incerto – a “bagunça urbana”.

Figura 1: Aspectos do interior do Parque (sup.) e ruas do entorno (inf.) da Quinta da Boa Vista – fotos do autor.

Para Gilberto Gil – atual Ministro da Cultura, (em encontro com personalidades do meio cultural na cerimônia de lançamento do apoio do Governo Federal à UFRJ na restauração do Museu) “o Museu está localizado numa zona social muito importante, dentro do tecido social que se encontra tão esgarçado na cidade do Rio de Janeiro. O fato dele estar situado em São Cristóvão faz com que sirva como marco de referência histórica à população, que não teria acesso a essa dimensão tão importante da cultura nacional se a instituição não fosse ali”ⁱⁱⁱ.

Após a Proclamação da República, a política da terra arrasada imperou e “sepultou” o conjunto arquitetônico. Emblemático foi o “famoso” leilão de arte do **Paço de São Cristóvão** de 8 de agosto a 5 de dezembro de **1890**, feito com os bens da Família Imperial. Ao todo, foram realizados 18 pregões, incluindo os três leilões efetuados na **Fazenda Imperial de Santa Cruz**.

“A avaliação de todos os bens apregoados no Leilão do Paço de São Cristóvão, concluída em 20 de julho de 1890, importou em 190:000\$000 (Cento e noventa Contos de Réis), quantia que na época equivalia (pasmem!) a US\$ 102.592,40.

Mesmo levando-se em consideração a valorização do dólar até hoje, a quantia é insignificante. Para se ter uma idéia, só o serviço de porcelana francesa conhecido como o "serviço de caça", vendido no sexto leilão por US\$ 2.051,84, não seria vendido hoje por menos de US\$ 50.000".^{iv}

IV) Trabalhos Realizados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Publicados no site da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio, há estudos e pesquisas feitos pela Prefeitura sobre Centro do Rio de Janeiro. O bairro de São Cristóvão foi incluído no grupamento de bairros do Centro, e tais estudos apontam para algumas ações de caráter governamental a serem implementadas, tendo em vista tornar a cidade um centro de referência histórico-cultural do país.

Na verdade, as ações de desenvolvimento devem contemplar um conjunto de localidades próximas e com realidades comuns. A “grande São Cristóvão” não está isolada. Ao contrário, congrega e capitaneia outros bairros ou localidades, como a área estação Leopoldina, a Mangueira e o bairro de Benfica.

Pelo número de ações listadas nos estudos, pode ser visto que, desde o início do século XX, o bairro não sofre intervenções de grande monta por parte do Poder Público. A municipalidade, teoricamente, está atenta e pretende definir a recuperação, revitalização e utilização dos espaços públicos e prédios históricos. Ainda de forma genérica e longa, a série de propostas contidas no *site* da SMU gira em torno da revitalização dos espaços culturais, entorno da implantação de atividades culturais e esportivas nos espaços públicos, da criação de atividades de lazer cultural associando o espaço do Largo da Cancela, o espaço da Quinta, o Jardim Zoológico, o Museu do Primeiro Reinado e outros prédios e espaços de valor para o patrimônio da cidade e do Brasil. Para empreender um levantamento técnico com indicação do nível de degradação dos equipamentos histórico-culturais, está sendo criado um Centro de Formação de Restauradores, em convênio com o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Está nos planos do Governo Municipal a implantação de portais para identificação de áreas de comércio especializado em São Cristóvão, a definição de uma política de uso de

áreas e galpões abandonados e/ou subutilizados, além de promover estudos para a implantação da ligação por transporte em ônibus urbanos circulares no bairro, próximo à Quinta da Boa Vista. É intenção do Poder Público promover a adequação da legislação urbanística e a consecução do tão esperado, já votado e aprovado **Plano de Estruturação Urbana (PEU) de São Cristóvão**.

Neste plano de metas também se insere a criação de Centro de Convenções e Feiras. Já foi realizada a reforma e a adaptação do projeto para o “Pavilhão de São Cristóvão” do arquiteto Sérgio Bernardes em “Centro de Tradições Nordestinas do Campo de São Cristóvão”, com grande aceitação pela população de toda a cidade.

IV.1) Pontos negativos atuais da área

Foram analisados dados extraídos de fontes oficiais, das reuniões regionais e da Pesquisa de Percepção da População, realizada pelo Plano Estratégico da Cidade, quando foram respondidos 112 questionários na região. Nessa etapa, o objetivo da pesquisa foi identificar as debilidades da área para a definição de seus temas críticos. As informações do questionário sobre aspectos da realidade atual ajudaram a compreender outras situações deficitárias^v.

Embora a pesquisa tenha abrangido a população de todo Centro, aspectos relacionados a São Cristóvão podem ser pinçados: a) Construções abandonadas em São Cristóvão/ Santo Cristo/ Centro. b) Invasão nas propriedades do Governo causando problemas de segurança. c) Evasão das pequenas indústrias e lojas em São Cristóvão. d) Excesso de velocidade e desrespeito à sinalização, próximo a Quinta da Boa Vista e fluxo exagerado de veículos. e) Falta de integração de modalidades nos transportes. f) Falta de segurança nos sinais de trânsito e de policiamento noturno. Perguntados se pensam em sair da Região, os entrevistados que responderam afirmativamente apontaram como causas a violência (26%), o sistema de transportes (8%) e a falta de opções de lazer (8%).

V) Considerações Finais

A abordagem histórica preponderante sobre os aspectos formais e de legislação se deu de forma intencional, uma vez que cabe ao arquiteto e ao urbanista, bem como

profissionais afins, a participação na vida da cidade, não como um gestor que dita regras para o cidadão cumprir, mas um profissional que contribui com sua especialização na preservação ou alteração dos fatos e dos costumes.

Pensar os lugares sem se dar conta de sua história é ter visão estreita e medíocre. Os bens tombados são mais bem apropriados pelos cidadãos quando o entorno é também considerado.

As pessoas se sentirão parte do processo de sua história sempre que se sentirem herdeiras dessa história, seja ela de boas recordações ou não. Lembrar e reconhecer o que passou é continuar a vida, consciente de que outros virão e saberão daquilo que se passou porque cada geração assim quis e assim contribuiu para a difusão do conhecimento. A Arquitetura sozinha é inócua e fria, o que importa é o que ela ajuda a contar. Na Holanda, todos vão ver onde residiu Anne Frank, ninguém se importa com o prédio em si, o que vale é a alma do sótão, um espaço venerado pelo o que se passou ali e que foi relatado pelo famoso diário. Embora a escala entre a história e arquitetura do Palácio Imperial, frente ao sobrado holandês, não possa servir de comparação, deve ficar a idéia de que os prédios e os lugares são partes integrantes da vida das pessoas que viveram ou viverão nos seus espaços.

Há leves iniciativas que podem fazer com outras sejam empreendidas. Uma delas está registrada em Alves e Seabra^{vi}, onde se destaca a existência da educação sistemática acerca da história do bairro nas escolas de São Cristóvão – o Bairro Imperial. A cidade pode fomentar a substituição dos inúmeros quartéis por prédios residenciais nas cercanias, a melhoria na iluminação não seria menos importante, entre outros fatores. O que não se admite é que exista na cidade um Parque com o valor paisagístico e histórico cujo entorno seja tão degradado, desvalorizando sua existência e desestimulando a sua utilização.

O livro “DISTANT THUNDER”^{vii} registra um ensaio fotográfico sobre a Guerra da Secessão dos Estados Confederados do Sul (EUA). Essa guerra se deu entre 1861 e 1865, em pleno período imperial brasileiro. Através de suas 134 páginas e dezenas de fotografias, são mostrados monumentos “fincados” pelo caminho por onde passaram a tropa vitoriosa e

a derrotada, sem qualquer cerca ou outro controle contra vândalos, administradores ou educadores descompromissados. Lá repousam e ainda ecoam os **trovões distantes**, marcos de uma época histórica que não merece ser esquecida ou desprezada, da mesma forma que deveria acontecer com o bairro outrora imperial de São Cristóvão.

ⁱ TAVARES. L. **A Côrte de D. João no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Conquista, 3º Volume, 1957.

ⁱⁱ SILVA. H. **Os presidentes**. Rio de Janeiro: Grupo de Comunicação Três, 1983.

ⁱⁱⁱ CAMISÃO, C. Museu Nacional será revitalizado. In: **Olhar Virtual**. Jornal Eletrônico da UFRJ, ed. 15. Disponível em www.olharvirtual.ufrj.br, acesso em outubro de 2003.

^{iv} LITIERE C. **O Leilão do Paço de São Cristóvão (Parte IV)**. Disponível em www.arelíquia.com.br/62LPaco5.htm, acesso em fevereiro de 2004.

^v SMU/RJ (Secretaria Municipal de Urbanismo) - **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**: - Pesquisa de Percepção (2001-2002), disponível no site www.rio.rj.gov.br/urbanismo/index.html, acessado em fevereiro de 2004.

^{vi} ALVES. J.; SEABRA. P. São Cristóvão – Bairro Imperial: o Ensino da História Local Através da Memória e Patrimônio. In: GAZZANEO, L.; SARAIVA, S. **A Monarquia no Brasil 1808-1889: reflexões sobre as artes e a ciências**. Rio de Janeiro: Booklink: ProArq, 2001. Volume 01, pp. 383-385.

^{vii} ABELL, S; POHANKA, B. **Distant Thunder - a photographic essay on the american civil war**. Virginia: Library of Congress, 1988.